

EDUARDO MAIA CADETE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCORRÊNCIA DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL – PORTUGAL

Lei é musculada, em benefício da Autoridade da Concorrência

Eduardo Maia Cadete é defensor do papel “muito positivo” da Autoridade da Concorrência, mas entende que as coimas que aplica são pesadas e que a lei a favorece esta entidade.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt



Marilene Alves

Quer-se um debate aberto e multidisciplinar, do qual possam sair ideias e, depois, recomendações, com o fito de aumentar a capacidade de Portugal concorrer a nível internacional. Falamos do I Congresso da Comissão de Concorrência da ICC (Câmara de Comércio Internacional) Portugal, que decorre a 16 de novembro em Lisboa. Eduardo Maia Cadete, sócio da Morais Lei-

tão e presidente da referida comissão do ICC, explica ao Negócios o objetivo deste evento e dá-nos a sua opinião sobre o estado da arte na área da concorrência no nosso país.

Que razões estão na génese deste primeiro congresso sobre concorrência?

A concorrência é transversal à economia e está presente diariamente na vida de todos nós. Com

este congresso, o que pretendemos é discutir como melhorar a concorrência em Portugal.

Melhorar a concorrência no país em que sentido?

Não no sentido de protecionismo da nossa economia, mas antes de a abrir ainda mais, de se retirar as suas ineficiências e de aumentar a capacidade de Portugal concorrer a nível internacional. O objetivo é termos não só alguma

multidisciplinaridade ao nível das intervenções, mas também ao nível das pessoas que vão assistir, para podermos apresentar ideias e recomendações quer a nível nacional, junto do Parlamento e do Governo, quer a nível europeu, junto da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu

Refere que um dos propósitos é promover um debate multidisciplinar. De que forma é que



ID: 102004709

03-11-2022



Potencialmente as coimas aplicadas [pela Autoridade da Concorrência] poderão ser vistas como um pouco excessivas para a realidade da economia nacional.

O potencial mau funcionamento do sistema judicial em Portugal é um péssimo sinal no sentido da competitividade das empresas nacionais.

Deveríamos ter códigos mais simples e que eventualmente dessem mais poder aos juízes para gerir o processo.

O que assistimos em Portugal é que há uma mudança sistemática dos regimes. Temos códigos com 30, 40, 50, 60 alterações e depois é difícil gerir isto no dia-a-dia.

isso se reflete no programa do congresso?

Vamos ter desde o presidente da Anacom, até responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente. Temos ainda painéis mais jurídicos, com a participação da Autoridade da Concorrência (AdC) e de alguns advogados, para tentar debater se o trabalho desenvolvido por aquela entidade. Haverá depois outro painel onde estarão também juízes e um procurador da República, novamente em articulação com os advogados.

Também convidaram atores políticos. Que tipo de debate esperam?

Vamos contar com dois deputados, um do PSD e outro do PS, da comissão permanente de Economia e Finanças. Queremos que eles estejam no congresso para intervirem, mas também para terem a ideia do que pensam as pessoas que trabalham mais diretamente com o Direito da Concorrência e sobre eventuais melhorias que possam ser feitas a nível legislativo.

Há um painel de debate sobre a AdC. Que opinião tem sobre o papel desta entidade?

Tem feito um papel muito positivo, eventualmente mais numa ótica de prevenção geral, ou seja, potencialmente as coimas aplicadas poderão ser vistas como um pouco excessivas para a realidade da economia nacional.

Estamos a falar de coimas de que ordem de grandeza?

A AdC tem aplicado coimas de valores na ordem dos 200 milhões euros ou mais, e isso, embora ser

positivo no sentido de dizer às empresas que têm de se portar bem, pois podem arriscar coimas desse montante, no mundo prático isso pode ter efeitos negativos, porque o dinheiro não cai do céu. A questão que se coloca é quem é que vai pagar. A empresa? E depois a empresa vai repercutir aquele montante junto dos consumidores?

Neste âmbito, que atuação defende?

O que a AdC poderia, eventualmente, tentar fazer, seria, se calhar, encetar mais negociações com as empresas nas fases de inquérito dos processos. Ver se não haveria medidas de natureza comportamental que pudessem por cobro a essas práticas e impedir, desse modo, que os processos se arrastem por anos e anos.

É comum as empresas recorrerem. Quem costuma vencer?

Temos uma Lei da Concorrência que é híper musculada em benefício da AdC. Na fase de inquérito do processo ou mesmo na fase da instrução, as empresas são obrigadas a facultar toda a informação que a AdC quiser. De certa forma, isso facilita o trabalho de quem está a investigar.

Facilita porquê?

Porque a empresa, caso, não responda de forma completa e com verdade àquilo que lhe é solicitado, sujeita-se a uma coima que pode ir até 10% do seu volume de negócios.

Os processos nesta área são dilimidos no Tribunal da Concorrência. Funciona bem?

É um tribunal que, à data, é

composto por três juízes, e que funciona bem. São juízes que têm de responder por tudo, desde coimas que são aplicadas pelo Banco de Portugal, pela AdC, pela ERSE, ou seja por quase todas as entidades reguladoras setoriais, e acho que o trabalho que tem sido feito pelos juízes Tribunal da Concorrência tem sido muito positivo.

Conseguimos comparar bem, nesta área da Justiça com os restantes países do espaço comunitário?

Comparamos bem. Diria que o grande mal não está no Tribunal da Concorrência, está nos tribunais administrativos, onde para termos uma decisão de primeira instância, às vezes, temos de esperar três a quatro anos.

De que forma afeta as empresas a forma de funcionar dos tribunais administrativos?

O potencial mau funcionamento do sistema judicial em Portugal é um péssimo sinal no sentido da competitividade das empresas portuguesas. Se há alguém que me deve dinheiro e vou para tribunal e demoro anos e anos para me ser reconhecida essa dívida, isso vai ter um impacto negativo na minha estabilidade económico-financeira.

Há quem defenda mudanças na lei para melhor o funcionamento da Justiça, mas também que considere que se legisla de mais. Qual é a sua opinião?

Se calhar, nas leis, deveríamos ter códigos mais simples e que eventualmente dessem mais poder aos juízes para gerir o processo. Salvaguardando os direitos de defesa

das partes que estão em litígio, penso que poderia haver uma agilização do próprio processo em si. Só que depois o que assistimos em Portugal é que há uma mudança sistemática dos regimes.

Cada Governo quer deixar a sua marca legislativa?

Temos códigos com 30, 40, 50, 60 alterações e depois é difícil gerir isto no dia-a-dia. Eventualmente a justiça beneficiária se houvesse mais informatização. Se tivéssemos um sistema de vasos comunicantes entre todos os tribunais, seria possível contribuir para agilizar a Justiça e para que o cidadão comum não se sentisse defraudado.

Essas mudanças constantes são apenas um fenómeno português?

Não se resume a Portugal. A prolifidade de diretivas que saem todos os anos e que alteram diretivas anteriores, torna muito difícil para uma empresa de um determinado setor de atividade económica conseguir tempestivamente e de forma cabal cumprir com todos os ditames que resultam da lei.

Simplificar deveria ser uma das recomendações que vão sair do primeiro congresso sobre concorrência?

Acho que sim. Ideia aqui não será fazer uma coisa genérica, mas na medida do possível apresentar exemplos concretos do que é que pode ser feito para melhorar. A nossa ideia é apresentar ideias, numa vertente muito prática, ver o que pode ser feito o que se pode fazer para melhorar a situação para as empresas em Portugal. ■